

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

QUADRO DE INFORMAÇÕES	
PROCESSO	2025.38960.002854
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	38960.26.122.1100.4198
REGISTRO DE PREÇOS	SIM
TIPO DE JULGAMENTO	(X) MENOR PREÇO () MAIOR DESCONTO () MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS
MODO DE DISPUTA DO CERTAME	(X) ABERTO () ABERTO E FECHADO () FECHADO E ABERTO
ORDEM DAS FASES	(X) ORDINÁRIA – CONFORME ART. 17 DA LEI 14.133/2021. () EXTRAORDINÁRIA – CONFORME §1º, DO ART. 17 DA LEI 14.133/2021.
PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	() PERMITIDA (X) VEDADA
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:	Com fulcro no permissivo legal do art. 24 e amparada no inciso XI do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a Contratante estabelece que o custo estimado desta contratação possui caráter SIGILOSO e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.
DATA DA ABERTURA	27.05.2026
HORA DA ABERTURA	10h00min (Horário de Brasília)
LOCAL DA SESSÃO	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL - COMPRAS.GOV < http://www.gov.br/compras/pt-br/ >
PREGOEIRA (A) DESIGNADO (A):	Lisiara Carla Gemelli Vieczorek
RETIRADA DO EDITAL	O edital e seus anexos poderão ser retirados, mediante recolhimento das taxas legais, diretamente perante a Comissão de Contratação localizada na Rodovia TO-010, Km 01, Lote 11, Setor Leste, Área Verde, 1ª Etapa, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins ou, gratuitamente, através da página da Agência na internet por meio do endereço eletrônico: https://www.to.gov.br/ageto .
CONTATO	Telefones: (63) 99963-2060 E-mail: licitacao@ageto.to.gov.br com cópia para slo.ageto@gmail.com
UASG	453528
INTERESSADA	Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura – AGETO.
OBJETO	Contratação de empresa especializada no fornecimento de material de limpeza, higienização, copa e cozinha, para atendimento da sede e dos Postos de Fiscalização e Pesagem da Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura – AGETO.



Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO.....	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	4
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	5
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	6
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	8
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	9
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	10
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	11
11.	DOS RECURSOS	11
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	12
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	13
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14



EDITAL DO PREGAO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Torna-se público que o(a) **AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA – AGETO**, por meio da **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO** da **AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA**, juntamente com o(a) **Pregoeiro(a)**, que fará realizar licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO** por intermédio do site www.gov.br/compras. O certame será regido pela **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, Decreto Estadual nº 6.606, de 28 de março de 2023, e pelas condições estabelecidas no presente Edital, será conduzido pelo(a) **Pregoeiro(a)** e respectiva Equipe de Apoio, designados pela Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura, através da **PORTARIA AGETO Nº 017/2026, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026**.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura da certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação em contrário do (a) pregoeiro (a).

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária descrita no Quadro de Informações.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada no fornecimento de material de limpeza, higienização, copa e cozinha, para atendimento da sede e dos Postos de Fiscalização e Pesagem da Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura – AGETO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Local de entrega dos bens: **AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA**, Rod. TO-010, Km 1, Lote 11, Setor Leste, CEP 77.001-970, Palmas/TO.

1.1.2. Com fulcro no permissivo legal do art. 24 e amparada no inciso XI do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a Contratante estabelece que o custo estimado desta contratação possui caráter **SIGILOSO** e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. Ademais, espera-se que com o uso do orçamento sigiloso possa-se estimular os licitantes a empregar maior cautela na análise do edital e demais documentos que o acompanham, em vez de meramente utilizar o orçamento base como referência para elaborar a suas propostas.

1.1.3. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no anexo II deste edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. **Poderão participar deste Pregão:** os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no E-FORNECEDOR (www.siga.to.gov.br/efornecedor) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.1.2. Para os itens 23, 28, fora aplicado cota reservando a participação apenas às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do **art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**.

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060

Site: www.agero.to.gov.br E-mail: licitacao@agero.to.gov.br



3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.3. **Não poderão disputar esta licitação:**

3.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.9. *peçasas jurídicas reunidas em consórcio*;

3.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. O impedimento de que trata o item 3.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.3.2 e 3.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7. O disposto nos itens 3.3.2 e 3.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.9. A vedação de que trata o item 3.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas



normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.44 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11. O valor final mínimo final máximo parametrizado na forma do item 4.99 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário..... (unitário etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;

5.1.2. Marca;

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060

Site: www.aget.to.gov.br E-mail: licitacao@aget.to.gov.br



- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.8.
- 5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário e total do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,50 (cinquenta centavos)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



- 6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle e o disposto neste Decreto Estadual 6.606/2023.
- 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Tocantins;
- 6.18.2.2. empresas brasileiras;
- 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação de emissões de gases de efeito estufa, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. As regras previstas no item 6.18 não prejudicam a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal no 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, agente de contratação ou a comissão de contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e a compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.

6.21. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat ou e-mail pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.1.2 e 4.4 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou acima do valor máximo estipulado;

7.6.3.1. Conforme Acórdão 2190/2024 Plenário, as propostas serão consideradas inexequíveis tanto em relação ao preço global quanto aos preços unitários, caso não se comprove a exequibilidade quando exigido pela Administração, na forma prevista neste edital;



7.6.3.2. Caso o valor apresentado seja considerado inexecutível, a Administração poderá exigir esclarecimentos ou documentação que comprove a viabilidade do preço apresentado. Em não sendo comprovada a exequibilidade, a proposta será desclassificada.

7.6.4. as propostas inexecutíveis serão desclassificadas quando não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. as propostas acima do valor máximo estipulado serão desclassificadas caso se mantenham acima do valor máximo estipulado após solicitação da Administração para readequação;

7.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. O agente de contratação ou a comissão de contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não haja majoração do preço originalmente proposto e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

7.10.1. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, mediante solicitação através de diligência.

7.10.2. O ajuste de que trata este item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação da conformidade das propostas, o agente de contratação ou a comissão de contratação verificará a documentação de habilitação do licitante conforme disposições abaixo.

8.2. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis



trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Estadual nº 6.606/2023.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.



9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060

Site: www.aget.to.gov.br E-mail: licitacao@aget.to.gov.br



- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico desta Agência: <https://www.to.gov.br/ageto/certames-2024/75mju5b0m17u>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060
Site: www.ageto.to.gov.br E-mail: licitacao@ageto.to.gov.br



- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, conforme art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento ou quaisquer outras informações complementares deverão ser encaminhados no e-mail licitacao@ageto.to.gov.br com cópia para slo.ageto@gmail.com ou protocolados no guichê da Superintendência de Licitação de Obras e Serviços Públicos da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura.
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DA ANTICORRUPÇÃO

14.1 A LICITANTE deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

14.1.1 Para efeitos desta cláusula:

- a) “práticas de corrupção: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido ação de outra parte.
- b) “prática fraudulenta”: significa qualquer ato ou omissão de falsificação, inclusive falsidade ideológica, consciente ou inconscientemente, que engana ou tenta enganar, um indivíduo para obter benefício financeiro ou outro de qualquer ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
- c) “prática colusiva”: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um fim indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de terceiros.
- d) “prática coercitiva”: significa prejudicar ou causar danos, direta ou indiretamente a qualquer parte interessada ou a sua propriedade para influenciar de modo incorreto as ações de uma parte;
- e) “prática obstrutiva é”:

I. Deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação sobre alegações de uma prática de corrupção, fraude, coerção ou colusão; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para que esta não revele qualquer fato que seja de seu conhecimento em relação a questões relevantes para a investigação, ou para impedir que recorra à investigação ou a conduza, ou,

II. Atos que objetivem impedir materialmente o exercício dos direitos de inspeção e auditoria do Poder Público.

14.1.2 A Administração rejeitará uma proposta de adjudicação se concluir que o licitante indicado se envolveu de forma direta ou por meio de um agente, em prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva ou obstrutiva ao concorrer ao contrato em questão.

14.1.3 A Administração declarará viciado o processo de licitação e pode cancelar a parcela alocada à um contrato se, a qualquer tempo, determinar que a LICITANTE se envolveu em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de licitação ou implementação do contrato em questão, sem que a LICITANTE tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias a , para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente a Administração no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

14.1.4 Se algum funcionário da Administração tiver envolvimento em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante a licitação ou durante a execução do contrato, esses profissionais devem ser retirados da equipe imediatamente.

14.1.5 A LICITANTE deverá permitir, e fará seus subcontratados e sub consultores (se houver) permitirem, que a Administração ou pessoas designadas por este possam inspecionar o local e todas as contas e registros relativos à execução do contrato e a apresentação da proposta, e ter as contas e registros auditados por auditores designados pela Administração, se este assim solicitar;

14.1.6 A Administração deve observar com atenção a cláusula que prevê, nomeadamente, que os atos destinados a impedir materialmente o exercício de inspeção do CONTRATANTE e do direito de efetuar auditoria prevista nas cláusulas anteriores constituem uma prática proibida e sujeita a rescisão do contrato;

14.2 Além disso, os LICITANTES deverão estar cientes das condições estabelecidas no Termo de Contrato.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 15.11. A instabilidade que ocorram no sistema antes ou durante qualquer fase da licitação não gerará eventual revisão, cancelamento, desfazimento, refazimento, enfim, de qualquer ato já praticado, exceto caso haja decisão nesse sentido por parte do provedor do sistema (Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS GOVERNAMENTAIS).
- 15.12. Na forma do Acórdão nº 1211/2021-Plenário, do Tribunal de Contas da União, caso a licitante fique inabilitada a Comissão de Contratação poderá, justificadamente, conceder o prazo de 24h00min para que a participante faça a juntada de documento que venha apenas atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, observando-se as letras seguintes:
- a) A Comissão de Contratação estabelecerá em ata ou despacho o prazo de início e de término para ser realizada a juntada do documento de que trata este item;
- b) A protocolização do documento no prazo estabelecido deverá ocorrer diretamente junto à Comissão de Contratação no endereço desta Pasta descrito no preâmbulo deste Edital, ou ser encaminhado para o e-mail da CPL, sendo: licitacao@ageto.to.gov.br com cópia para slo.ageto@gmail.com.
- 15.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos sites www.gov.br/compras e <https://www.to.gov.br/ageto>, podendo também ser obtido no guichê da SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS da AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA, sito na Rodovia TO-010, Km 01, Lote 11, Setor Leste, Área Verde, 1ª Etapa, CEP: 77.001-002 – Palmas/TO, no horário das 08h00min às 14h00min, mediante recolhimento das taxas legais.
- 15.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.14.1. ANEXO I – Documentos relativo habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira
- 15.14.2. ANEXO II - Critério de Julgamento e Relação/Descrição dos Produtos
- 15.14.3. ANEXO III - Termo de Referência
- 15.14.4. ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 15.14.5. ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Palmas - TO, 07 de maio de 2026.

(Assinado digitalmente)

KÁSSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA
Presidente da Comissão de Contratação

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060
Site: www.ageto.to.gov.br E-mail: licitacao@ageto.to.gov.br



ANEXO I –

**DOCUMENTOS RELATIVO HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA E
ECONÔMICO-FINANCEIRA E TÉCNICA**

1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme previsto no art. 66, da Lei n.º 14.133/2021 e na Lei 10.406/2002 (Código Civil):

- 1.1. Cédula de identidade;
- 1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores;
- 1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir
- 1.6. No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deve ser apresentada Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, conforme previsto no art. 68, da Lei n.º 14.133/2021:

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (cartão CNPJ/MF).
- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município onde estiver sediada a empresa, através da apresentação da Ficha de Inscrição Cadastral ou documento equivalente, expedido pela Receita Municipal, que comprove a referida inscrição;
- 2.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Estado onde estiver sediada a empresa;
 - 2.3.1. Se a sede da empresa for em outro Estado, deverá apresentar, inclusive, a Certidão de Regularidade com a Fazenda do Estado do Tocantins. Caso licitante não envie tal certidão a Comissão de Contratação emitirá através do site da Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Tocantins;
- 2.4. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Município onde estiver sediada a empresa;
- 2.5. Certidão de Regularidade com a Fazenda federal, mediante a apresentação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federal e à Dívida Ativa da União (DAU);
- 2.6. Certidão Negativa de Débitos com o Sistema Nacional de Seguridade Social – INSS;
- 2.7. Certidão Negativa de Débitos com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA, conforme previsto no art. 65 e 69, da Lei n.º 14.133/2021 e na Lei 10.406/2002 (Código Civil):

- 3.1. A comprovação de boa situação financeira da empresa deverá ser através da(s) certidão(ões) e dos índices provenientes do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
 - 3.1.1. No caso de a pessoa jurídica que fora constituída há menos de 2 (dois) anos, o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício.
 - 3.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 3.2. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, com data de, no máximo 60 (sessenta) dias anteriores a publicação do primeiro aviso desta licitação, exceto se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060
Site: www.aget.to.gov.br E-mail: licitacao@aget.to.gov.br



3.2.1. Em se tratando de Licitante subsidiária integral, caso sua empresa controladora esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado Termo de Compromisso no qual a Licitante assegure que manterá a capacidade técnica, econômica, financeira e operacional, com vista a assegurar a execução do contrato.

3.3. A comprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores que 1,00 (um inteiro), resultantes da aplicação da(s) fórmula(s) abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial, conforme previsto no IN - Seges/MP 5/2017:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3.4. A licitante que apresentar resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados no subitem anterior, quando de sua habilitação, estará inabilitada, exceto se comprovar capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 7% (sete por cento) do valor estimado da contratação e, assim, estará dispensada de apresentação dos referidos índices.

3.5. O patrimônio líquido mínimo e os índices financeiro mínimos serão obtidos através do balanço patrimonial do último exercício financeiro já exigível, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O penúltimo balanço patrimonial exigível será avaliado de forma complementar para demonstração da boa situação financeira da empresa.

3.5.1. O Balanço Patrimonial das Sociedades Anônimas ou por Ações deverá ser o aprovado em Assembleia e a respectiva Ata registrada na Junta Comercial, devidamente publicada, sendo que o das de Capital Aberto deverá, ainda, vir acompanhado de Parecer de Auditor (es) Independente(s).

3.5.2. O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no "Livro Diário", contendo identificação completa da empresa, de seu titular e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial OU Cartório de Títulos e Documentos OU no Sistema Público de Escrituração Digital SPED, com seu respectivo Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, conforme previsto no art. 63, da Lei n.º 14.133/2021:

4.1. As certidões, e demais documentos, que não possuem prazo de validade fixado no próprio documento terão validade de 60 (sessenta) dias a contar da data de expedição.

4.2. O licitante deverá apresentar declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

4.3. O licitante deverá apresentar declaração não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e do art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021.

4.4. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

4.5. Os documentos para **HABILITAÇÃO TÉCNICA** são os previstos no item 4.3.3 Termo de Referência.



ANEXO II

Critério de Julgamento e Relação/Descrição dos Produtos

01. Do critério de julgamento (lembretes importantes):

- a) Será vencedora a Licitante que atender as exigências do Edital e apresentar o **menor valor unitário por ITEM**;
- b) A proposta deverá conter apenas duas casas decimais após a vírgula;
- c) O preço estimado para contratação somente será divulgado após o término da fase de lances.
- d) por se tratar de modo de disputa ABERTO, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais (conforme o caso), entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances INTERMEDIÁRIOS quanto em relação ao lance que COBRIR A MELHOR OFERTA será R\$ 0,50 (cinquenta centavos);

02. Da Participação:

Legenda:

PE: Item de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte

AC: Ampla concorrência

CR: Cota Reservada às microempresas e empresas de pequeno porte, atendendo o art. 48, inciso III, da LC 123/2006.

03. Relação/Descrição dos produtos:

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PE/AC/CR
1	Caixa	15	Álcool - Finalidade: higienização de superfícies e assepsia das mãos; Categoria: etílico hidratado; Aspecto físico: líquido; INPM: 70°; Potencial Hidrogeniônico (pH): 6 a 9; Odor: característico de álcool; Composição: álcool etílico, espessante, alcalinizante, desnaturante (benzoato de denatônio); Embalagem: frasco com 1 litro. CAIXA COM 12 UNIDADES	XX	XX	PE
2	Caixa	20	Álcool em gel 70% - Produto amplamente utilizado para a higiene das mãos, atuando como um antisséptico eficaz contra bactérias, fungos e vírus. Ação antisséptica: Embalagem: frasco com 1 litro. CAIXA COM 12 UNIDADES	XX	XX	PE
3	Caixa	30	Água sanitária - Finalidade: uso geral em limpeza, higienização de ambientes e como alvejante de roupas; Composição: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto; Teor de cloro ativo: 2 a 2,5 %; Classe corrosiva: 8; Potencial Hidrogeniônico (pH): 12 a 13; Densidade: 1,0 a 1,1 g/cm³ a 25 °C; Diluição: pronto uso; Ação: desinfetante e bactericida; Embalagem: frasco com 1 litro. CAIXA COM 12 UNIDADES	XX	XX	PE
4	Caixa	20	Odorizador de ambiente - Categoria: aerossol; Embalagem: com 400 ml; Fragrância: diversa; CAIXA COM 12 UNIDADES	XX	XX	PE
5	Fardo	50	Espunja - Finalidade: multiuso, limpeza de utensílios domésticos em geral; Material: lã de aço carbono biodegradável; Peso: 60 g; Abrasividade: média; Pacotes com 8 esponjas FARDO COM 14 PACOTES	XX	XX	PE
6	Fardo	100	Espunja - Finalidade: multiuso, limpeza de utensílios domésticos em geral; Material: espuma de poliuretano e fibra sintética com mineral abrasivo; Peso: 60 g; Abrasividade: mínima; Medida: 110 x 75 x 20 mm (C x L x A); Requisito:	XX	XX	PE



			dupla face (verde abrasiva e amarela não abrasiva), com função bactericida. PACOTE COM 8 UNIDADES			
7	Pacote	100	Talher descartável - Tipo: colher Refeição; Material: poliestireno; Cor: transparente; Embalagem: PACOTE COM 50 UNIDADES.	XX	XX	PE
8	Caixa	300	Copo descartável - Material: polipropileno; Capacidade: 200 ml; Cor: transparente; Informações adicionais: atóxico, de acordo com as normas da ABNT; Requisito da embalagem: pacote com 100 unidades; CAIXA COM 25 PACOTES	XX	XX	PE
9	Caixa	200	Copo descartável - Material: polipropileno; Capacidade: 80 ml; Cor: transparente; Informações adicionais: atóxico, de acordo com as normas da ABNT; Requisito da embalagem: pacote com 100 unidades; CAIXA COM 25 PACOTES	XX	XX	PE
10	Unidade	150	Coador - Finalidade: para café; Material: em algodão; Medida: 30 x 25 cm (D x C); Cor: branca; Cabo: em alumínio, retorcido e reforçado; UNIDADE: 01	XX	XX	PE
11	Unidade	100	Garrafa térmica - Material: aço inoxidável; Capacidade: 1,8 L; Requisito: ampola de vidro banhada a prata; Informações adicionais: com sistema de pressão; UNIDADE: 01	XX	XX	PE
12	Unidade	50	Garrafa térmica - Material: aço inoxidável; Capacidade: 1 L; Requisito: ampola de vidro banhada a prata; Informações adicionais: com sistema de pressão; UNIDADE: 01	XX	XX	PE
13	Unidade	70	Escova - Finalidade: lavar sanitários; Material: plástico; Cerdas: polipropileno; Medida: 400 x 90 mm (C x D); Cabo: anatômico; Requisito: com suporte plástico. UNIDADE: 01	XX	XX	PE
14	Unidade	50	Escova - Finalidade: lavar roupas; Material: plástico; Cerdas: polipropileno; Medida: 130 x 65 x 50 mm (C x L x A); Formato: oval. Unidade: 01 UNIDADE	XX	XX	PE
15	Caixa	40	Detergente líquido - Fragrância: diversa; Embalagem: com 500 ml; CAIXA COM 24 UNIDADE	XX	XX	PE
16	Galão	720	Desinfetante concentrado - Fragrância:diversa; Embalagem: com 5 L; Unidade: Galão com 5 litros	XX	XX	PE
17	Pacote	60	Lenço/Flanela antiestática - Material: microfibra; Medida: 30 x 40 cm; Embalagem: com 10 unidades. Unidade: PACOTE 10 UNIDADES	XX	XX	PE
18	Caixa	10	Inseticida doméstico - Finalidade: combater barata, carrapato, cupim, escorpião, formiga e pulga; Apresentação: spray; Princípio ativo: fipronil 2,5%. Unidade: frasco 450ml CAIXA 12 UNIDADES	XX	XX	PE
19	Caixa	20	Luva flocada - Material: látex; Cano: longo; Tamanho: a definir; Cor: a definir; Requisito: relevo antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos; CAIXA COM 100 UNIDADES	XX	XX	PE
20	Caixa	20	Limpa alumínio - Aspecto físico: líquido; Composição: tensoativo aniônico, acidificantes, espessante, corantes, fragrância e veículo; Embalagem: frasco com 500 ml. CAIXA 24 UNIDADES	XX	XX	PE
21	Fardo	50	Embalagem marmítex - Material: isopor; Capacidade: 750 ml; Formato: redondo; FARDO: 100 UNIDADES	XX	XX	PE



22	Fardo	719	Papel higiênico - Folha: simples, contínua e lisa; Medida: 300 m x 10 cm (C x L); Composição: 100 % celulose virgem; Cor: branca alcalina; Informações adicionais: macio, alta absorção, não perfumado, não reciclado. EMBALAGEM: COM 8 ROLOS;	XX	XX	AC
23	Fardo	81	Papel higiênico - Folha: simples, contínua e lisa; Medida: 300 m x 10 cm (C x L); Composição: 100 % celulose virgem; Cor: branca alcalina; Informações adicionais: macio, alta absorção, não perfumado, não reciclado. EMBALAGEM: COM 8 ROLOS;	XX	XX	CR
24	Fardo	300	Papel toalha - Categoria: rolo; Papel Toalha Bobina, 6x20x200m.; Composição: 100 % celulose virgem; Cor: branca alcalina; Requisito: Informações adicionais: macio, alta absorção, não perfumado, não reciclado; Embalagem: FARDO COM 6 ROLOS	XX	XX	PE
25	Unidade	150	Pano para limpeza - Pano de chão - Material: microfibra; Medida: 80 x 50 cm (C x L); Informações adicionais: branca, com bainha;	XX	XX	PE
26	Unidade	150	Pano de prato - Material: 100 % algodão; Medida: 630 x 400 mm (C x L); Cor: branco; Informações adicionais: estampas diversas; Requisito: com bainha e acabamento costurado. UNIDADE: 01	XX	XX	PE
27	Unidade	350	Sabão em pó - Tipo: concentrado; Embalagem: com 1 kg; Informações adicionais: sem fragrância; PACOTE com 24 UNIDADES	XX	XX	AC
28	Unidade	50	Sabão em pó - Tipo: concentrado; Embalagem: com 1 kg; Informações adicionais: sem fragrância; PACOTE; 24 UNIDADES	XX	XX	CR
29	Pacote	250	Sabão em barra - Composição: ácidos graxos láuricos, ácidos graxos esteáricos, ácidos graxos oléicos, coadjuvantes, glicerina, agente antiredepositante e água; Peso: 200g cada. PACOTE COM 05 UNIDADES	XX	XX	PE
30	Unidade	200	Sabonete líquido - Ação: antisséptica; Composição: à base de emolientes; Fragrância: diversa, eucaliptos, Informações adicionais: viscoso, biodegradável Embalagem: galão com 5 litros; GALÃO 5 LITROS	XX	XX	PE
31	Pacote	200	Saco para lixo - Material: polietileno de alta densidade - PEAD; Cor: preta; Micras: 6; Capacidade: 40 L; Medida: 60 x 62 cm (C x L); Requisito: extra reforçado. PACOTE COM 100 UNIDADES	XX	XX	PE
32	Pacote	200	Saco para lixo - Material: polietileno de alta densidade - PEAD; Cor: preta; Micras: 8; Capacidade: 60 L; Medida: 70 x 60 cm (C x L); Requisito: extra reforçado. PACOTE COM 100 UNIDADES	XX	XX	PE
33	Pacote	200	Saco para lixo - Material: polietileno de alta densidade - PEAD; Cor: preta; Micras: 8; Capacidade: 100 L; Medida: 85 x 75 cm (C x L); Requisito: extra reforçado PACOTE COM 100 UNIDADES	XX	XX	PE
34	Caixa	30	Limpador multiuso - Finalidade: limpeza de superfícies tais como mesas, balcões, pias, eletrodomésticos, etc.; Composição: amina óxida, tensoativos iônicos e não iônicos, solventes, alcalinizantes, fragrância, conservante e água; Embalagem: com 500 ml CAIXA COM 24 UNIDADES	XX	XX	PE
35	Unidade	100	Vassoura - Cerdas: pelo; Cabo: de alumínio plastificada com encaixe rosqueado; Material: plástico de alta resistência; Medida: base 30 cm, cabo 1,20 m.	XX	XX	PE

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060

Site: www.ager.to.gov.br E-mail: licitacao@ager.to.gov.br



Documento foi assinado digitalmente por KASSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA em 07/05/2026 10:28:23.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 81A7F7C3025CFD71 | SGD:2026/38969/021547

36	Unidade	100	Vassoura - Cerdas: pelo; Cabo: de alumínio plastificada com encaixe rosqueado; Material: plástico de alta resistência; Medida: base 40 cm, cabo 1,20 m.	XX	XX	PE
37	Unidade	120	Rodo de piso - Cabo: de alumínio, medindo 120 cm; Cepa: de alumínio, medindo 60 cm; Informações adicionais: borracha dupla, substituível;	XX	XX	PE
38	Unidade	200	Balde - Material: polietileno de alta densidade - PEAD; Cor: preta; Alça: alumínio; Capacidade: 20 L; Requisito: estrutura reforçada, resistente a impactos;	XX	XX	PE
39	Unidade	50	Suporte/Dispenser para copo descartável - Aplicação: copo de 150/180/200 ml; Material: aço inoxidável; Capacidade: 100 copos.	XX	XX	PE
40	Unidade	50	Vassoura - Cerdas: pelo; Cabo: de madeira plastificada com encaixe rosqueado; Material: plástico de alta resistência; Medida: base 60 cm, cabo 1,20 m;	XX	XX	PE
41	Unidade	150	Vassoura rastelo - Material: plástico; Número de dentes: 20; Cabo: em plástico;	XX	XX	PE
42	Unidade	100	Vassoura rastelo - Material: metálico; Número de dentes: 22; Cabo: em madeira;	XX	XX	PE
43	Unidade	50	Suporte papel toalha : Dispense Auto corte; Toalheiro Para Papel Bobina Rolo.	XX	XX	PE
44	Unidade	50	Suporte Papel higiênico ; Dispense Papel Higiênico Rolo 300m	XX	XX	PE
45	Unidade	50	Aromatizador de ambiente - Fragrância: a definir; Embalagem: galão com 5 L;	XX	XX	PE
46	Unidade	500	Refil para difusor de varetas - Fragrância: diversa; Embalagem: com 200 ml;	XX	XX	PE
47	Unidade	150	Difusor de varetas - Fragrância: diversa; Embalagem: com 250 ml;	XX	XX	PE
48	Unidade	50	Limpador De Pisos Laminados 3 Em 1 Flores Do Campo e Lavanda Galão 5 Litros	XX	XX	PE



ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060
Site: www.abeto.to.gov.br E-mail: licitacao@abeto.to.gov.br



Documento foi assinado digitalmente por KASSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA em 07/05/2026 10:28:23.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 81A7F7C3025CFD71 | SGD:2026/38969/021547

TERMO DE REFERÊNCIA

SGD: 2025/38969/050014

PROCESSO: 2025/38960/002854

Entidade Demandante: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura – AGETO

Setor Requisitante: Diretoria de Administração - DIAD

QUADRO RESUMO DO OBJETO	
Caracterização da Demanda	
Elemento da despesa	(X) Material de consumo; () Material de permanente; () Serviço; () Serviço de engenharia; () Obra/Reforma.
Dotação Orçamentária	
Classificação Orçamentária:	26.782.1152.4198
Natureza da despesa:	33.90.39
Modalidade de Licitação	
Quanto a modalidade licitatória:	() Concorrência Eletrônica (X) Pregão Eletrônico () Dispensa de Licitação
Quanto ao parcelamento	(X) Itens () Lotes () Grupos () Lote único () Grupo único
Quanto ao critério de julgamento:	(x) Menor preço () Maior desconto () Técnica e preço
Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de material de limpeza, higienização, copa e cozinha, para atendimento da sede e dos Postos de Fiscalização e Pesagem da Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura – AGETO.	



1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.1. A Administração Pública, em seus diversos níveis, enfrenta desafios permanentes relacionados à manutenção de ambientes administrativos adequados e funcionais. A garantia de espaços limpos, organizados e devidamente equipados constitui condição essencial para o pleno exercício das atividades estatais e para o cumprimento eficiente de suas funções, assegurando qualidade no atendimento às demandas da sociedade.

1.2. No contexto do Estado do Tocantins, a Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura – AGETO desempenha papel estratégico na gestão da infraestrutura rodoviária, na fiscalização e no monitoramento das atividades relacionadas ao transporte. Para a realização eficaz dessas atribuições, é indispensável que suas unidades, tanto a sede quanto os Postos de Fiscalização, disponham de materiais de limpeza, higienização, copa e cozinha, que garantam salubridade, bem-estar dos servidores e condições adequadas de trabalho.

1.3. Diante desse cenário, a Administração Pública Estadual, por meio da AGETO, identifica como medida necessária a aquisição de material de limpeza, higienização, copa e cozinha, com o objetivo de atender às demandas operacionais da sede e das unidades de fiscalização e pesagem, promovendo ambientes adequados ao desempenho das atividades administrativas e de campo, assegurando eficiência, continuidade e qualidade nos serviços prestados à sociedade tocaninense.

2. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

2.1. Número do processo administrativo (SGD: 2025/38960/002854).

2.2. Identificação dos membros da equipe de planejamento;

Cargo	Nome	E-mail	Telefone	Unidade
Assessor de Gabinete I	Alessandro Maia Bezerra	Compras.ageto@gmail.com	(63) 99111-6020	Diretoria de Administração

2.3. Demonstração Da Previsão Da Contratação No Plano De Contratações Anual

2.3.1. A presente contratação está atrelada ao planejamento do Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO, que mantém o cumprimento das contratações de bens e serviços conforme demanda, como forma de garantir o perfeito funcionamento da instituição com segurança operacional, boas condições para o exercício da administração e com totais garantias para o atendimento de suas atividades fins.

2.3.2. A aquisição de materiais de limpeza, higienização, copa e cozinha, visando atender as demandas da AGETO sede, postos de Fiscalização e Pesagem. Encontra-se alinhada com as diretrizes da Diretoria de Administração (DIAD).

A contratação foi incluída no Plano de Compras da AGETO – PCA 2025, por meio do Sistema Integrado de Gestão Administrativa, nos seguintes Elementos/Subelementos: **3022 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização, e 3021 – Material de Copa e Cozinha**, conforme demonstrado nos documentos anexos ao processo.



3. QUANTIDADE A SER CONTRATADA

Item	Material	Código Siga	Und	Qtd
1	Álcool - Finalidade: higienização de superfícies e assepsia das mãos; Categoria: etílico hidratado; Aspecto físico: líquido; INPM: 70°; Potencial Hidrogeniônico (pH): 6 a 9; Odor: característico de álcool; Composição: álcool etílico, espessante, alcalinizante, desnaturante (benzoato de denatônio); Embalagem: frasco com 1 litro. UNIDADE: CAIXA COM 12 UNIDADES	00003757	Caixa	15
2	Álcool em gel 70% - Produto amplamente utilizado para a higiene das mãos, atuando como um antisséptico eficaz contra bactérias, fungos e vírus. Ação antisséptica: Embalagem: frasco com 1 litro. UNIDADE: CAIXA COM 12 UNIDADES	00024739	Caixa	20
3	Água sanitária - Finalidade: uso geral em limpeza, higienização de ambientes e como alvejante de roupas; Composição: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto; Teor de cloro ativo: 2 a 2,5 %; Classe corrosiva: 8; Potencial Hidrogeniônico (pH): 12 a 13; Densidade: 1,0 a 1,1 g/cm³ a 25 °C; Diluição: pronto uso; Ação: desinfetante e bactericida; Embalagem: frasco com 1 litro. Unidade: CAIXA COM 12 UNIDADES	00016195	Caixa	30
4	Odorizador de ambiente - Categoria: aerossol; Embalagem: com 400 ml; Fragrância: diversa; UNIDADE: CAIXA COM 12 UNIDADES	00041433	Caixa	20
5	Esponja - Finalidade: multiuso, limpeza de utensílios domésticos em geral; Material: lã de aço carbono biodegradável; Peso: 60 g; Abrasividade: média; Pacotes com 8 esponjas FARDOS COM 14 PACOTES	00003931	Fardo	50



6	Esponja - Finalidade: multiuso, limpeza de utensílios domésticos em geral; Material: espuma de poliuretano e fibra sintética com mineral abrasivo; Peso: 60 g; Abrasividade: mínima; Medida: 110 x 75 x 20 mm (C x L x A); Requisito: dupla face (verde abrasiva e amarela não abrasiva), com função bactericida. Unidade: PACOTE COM 8 UNIDADES	00003937	Fardo	100
7	Talher descartável - Tipo: colher Refeição; Material: poliestireno; Cor: transparente; Embalagem: Pacote com 50 unidades.	00016825	Pacote	100
8	Copo descartável - Material: polipropileno; Capacidade: 200 ml; Cor: transparente; Informações adicionais: atóxico, de acordo com as normas da ABNT; Requisito da embalagem: pacote com 100 unidades; UNIDADE: CAIXA COM 25 PACOTES	00040869	Caixa	300
9	Copo descartável - Material: polipropileno; Capacidade: 80 ml; Cor: transparente; Informações adicionais: atóxico, de acordo com as normas da ABNT; Requisito da embalagem: pacote com 100 unidades; UNIDADE: CAIXA COM 25 PACOTES	00040871	Caixa	200
10	Coador - Finalidade: para café; Material: em algodão; Medida: 30 x 25 cm (D x C); Cor: branca; Cabo: em alumínio, retorcido e reforçado; UNIDADE: 01 UNIDADE	00017518	Unidade	150
11	Garrafa térmica - Material: aço inoxidável; Capacidade: 1,8 L; Requisito: ampola de vidro banhada a prata; Informações adicionais: com sistema de pressão; UNIDADE: 01 UNIDADE	00022704	Unidade	100
12	Garrafa térmica - Material: aço inoxidável; Capacidade: 1 L; Requisito: ampola de vidro banhada a prata; Informações adicionais: com sistema de pressão; UNIDADE: 01 UNIDADE	00016779	Unidade	50
13	Escova - Finalidade: lavar sanitários; Material: plástico; Cerdas: polipropileno; Medida: 400 x 90 mm (C x D); Cabo: anatômico; Requisito: com suporte plástico. Unidade: 01 UNIDADE	00003925	Unidade	70



14	Escova - Finalidade: lavar roupas; Material: plástico; Cerdas: polipropileno; Medida: 130 x 65 x 50 mm (C x L x A); Formato: oval. Unidade: 01 UNIDADE	00003923	Unidade	50
15	Detergente líquido - Fragrância: diversa; Embalagem: com 500 ml; CAIXA COM 24 UNIDADE	00042334	Caixa	40
16	Desinfetante concentrado - Fragrância: diversa; Embalagem: com 5 L; Unidade: Galão com 5 litros	00047156	Galão	720
17	Lenço/Flanela antiestática - Material: microfibra; Medida: 30 x 40 cm; Embalagem: com 10 unidades. Unidade: PACOTE 10 UNIDADES	00047642	Pacote	60
18	Inseticida doméstico - Finalidade: combater barata, carrapato, cupim, escorpião, formiga e pulga; Apresentação: spray; Princípio ativo: fipronil 2,5%. Unidade: frasco 450ml UNIDADE: Caixa 12 unidades	00023433	Caixa	10
19	Luva flocada - Material: látex; Cano: longo; Tamanho: a definir; Cor: a definir; Requisito: relevo antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos; Unidade: CAIXA COM 100 UNIDADES	00043291	Caixa	20
20	Limpa alumínio - Aspecto físico: líquido; Composição: tensoativo aniônico, acidificantes, espessante, corantes, fragrância e veículo; Embalagem: frasco com 500 ml. UNIDADE: CAIXA 24 UNIDADES	00016852	Caixa	20
21	Embalagem marmitex - Material: isopor; Capacidade: 750 ml; Formato: redondo; FARDOS: 100 UNIDADES	00041546	Fardo	50
22	Papel higiênico - Folha: simples, contínua e lisa; Medida: 300 m x 10 cm (C x L); Composição: 100 % celulose virgem; Cor: branca alcalina; Informações adicionais: macio, alta absorção, não perfumado, não reciclado. Embalagem: com 8 rolos; UNIDADE: FARDOS COM 8 ROLOS	00019682	Fardo	800



23	Papel toalha - Categoria: rolo; Papel Toalha Bobina, 6x20x200m.; Composição: 100 % celulose virgem; Cor: branca alcalina; Requisito: Informações adicionais: macio, alta absorção, não perfumado, não reciclado; Embalagem: pacote com 6 rolos; UNIDADE: FARDO COM 6 ROLOS	00032739	Fardo	300
24	Pano para limpeza - Pano de chão - Material: microfibras; Medida: 80 x 50 cm (C x L); Informações adicionais: branca, com bainha; UNIDADE: 01 UNIDADE	00050801	Unidade	150
25	Pano de prato - Material: 100 % algodão; Medida: 630 x 400 mm (C x L); Cor: branco; Informações adicionais: estampas diversas; Requisito: com bainha e acabamento costurado. UNIDADE: 01 UNIDADE	00027442	Unidade	150
26	Sabão em pó - Tipo: concentrado; Embalagem: com 1 kg; Informações adicionais: sem fragrância; PACOTE; 24 UNIDADES	00040785	Unidade	400
27	Sabão em barra - Composição: ácidos graxos láuricos, ácidos graxos esteáricos, ácidos graxos oléicos, coadjuvantes, glicerina, agente antiredepositante e água; Peso: 200g cada. UNIDADE: PACOTE COM 05 UNIDADES	00040826	Pacote	250
28	Sabonete líquido - Ação: antisséptica; Composição: à base de emolientes; Fragrância: diversa, eucaliptos, Informações adicionais: viscoso, biodegradável Embalagem: galão com 5 litros; UNIDADE: GALÃO 5 LITROS	00040835	Unidade	200
29	Saco para lixo - Material: polietileno de alta densidade - PEAD; Cor: preta; Micras: 6; Capacidade: 40 L; Medida: 60 x 62 cm (C x L); Requisito: extra reforçado. UNIDADE: PACOTE COM 100 UNIDADES	00017515	Pacote	200
30	Saco para lixo - Material: polietileno de alta densidade - PEAD; Cor: preta; Micras: 8; Capacidade: 60 L; Medida: 70 x 60 cm (C x L); Requisito: extra reforçado. UNIDADE: PACOTE COM 100 UNIDADES	00014728	Pacote	200



31	Saco para lixo - Material: polietileno de alta densidade - PEAD; Cor: preta; Micras: 8; Capacidade: 100 L; Medida: 85 x 75 cm (C x L); Requisito: extra reforçado UNIDADE: PACOTE COM 100 UNIDADES	00025235	Pacote	200
32	Limpador multiuso - Finalidade: limpeza de superfícies tais como mesas, balcões, pias, eletrodomésticos, etc.; Composição: amina óxida, tensoativos iônicos e não iônicos, solventes, alcalinizantes, fragrância, conservante e água; Embalagem: com 500 ml UNIDADE: CAIXA COM 24 UNIDADES	00041635	Caixa	30
33	Vassoura - Cerdas: pelo; Cabo: de alumínio plastificada com encaixe rosqueado; Material: plástico de alta resistência; Medida: base 30 cm, cabo 1,20 m. UNIDADE: 1 UNIDADE	00022715	Unidade	100
34	Vassoura - Cerdas: pelo; Cabo: de alumínio plastificada com encaixe rosqueado; Material: plástico de alta resistência; Medida: base 40 cm, cabo 1,20 m. UNIDADE: 1 UNIDADE	00022354	Unidade	100
35	Rodo de piso - Cabo: de alumínio, medindo 120 cm; Cepa: de alumínio, medindo 60 cm; Informações adicionais: borracha dupla, substituível; UNIDADE: 1 UNIDADE	00043962	Unidade	120
36	Balde - Material: polietileno de alta densidade - PEAD; Cor: preta; Alça: alumínio; Capacidade: 20 L; Requisito: estrutura reforçada, resistente a impactos; UNIDADE: 1 UNIDADE	00044008	Unidade	200
37	Suporte/Dispenser para copo descartável - Aplicação: copo de 150/180/200 ml; Material: aço inoxidável; Capacidade: 100 copos. UNIDADE: 1 UNIDADE	00017465	Unidade	50
38	Vassoura - Cerdas: pelo; Cabo: de madeira plastificada com encaixe rosqueado; Material: plástico de alta resistência; Medida: base 60 cm, cabo 1,20 m; UNIDADE: 1 UNIDADE.	00022714	Unidade	50
39	Vassoura rastelo - Material: plástico; Número de dentes: 20; Cabo: em plástico; UNIDADE 1: UNIDADE	00053028	Unidade	150
40	Vassoura rastelo - Material: metálico; Número de dentes: 22; Cabo: em madeira;	00021156	Unidade	100



41	Suporte papel toalha: Dispense Auto corte; Toalheiro Para Papel Bobina Rolo. UNIDADE: 1 UNIDADE	00038834	Unidade	50
42	Suporte Papel higiênico; Dispense Papel Higiênico Rolo 300m UNIDADE: 1 UNIDADE	00022717	Unidade	50
43	Aromatizador de ambiente - Fragrância: a definir; Embalagem: galão com 5 L;	00054147	Unidade	50
44	Refil para difusor de varetas - Fragrância: diversa; Embalagem: com 200 ml; 1 unidade.	00041496	Unidade	500
45	Difusor de varetas - Fragrância: diversa; Embalagem: com 250 ml; UNIDADE: 01 UNIDADE	00054155	Unidade	150
46	Limpador De Pisos Laminados 3 Em 1 Flores Do Campo e Lavanda Galão 5 Litros UNIDADE; 01 GALÃO	00041631	Unidade	50

3.1. Na proposta de preço deverá estar incluso todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, taxas, transportes, carga, descarga, garantia, seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Normativos e Legais

4.1.1. A aquisição de materiais de limpeza, higienização, copa e cozinha é essencial para manter as condições adequadas de higiene, organização e funcionalidade das dependências da AGETO, abrangendo a sede, os postos de fiscalização e as unidades de pesagem. Esses materiais permitem a conservação dos ambientes, a prevenção de riscos à saúde, a preservação das instalações públicas e o suporte às atividades de copa e preparo de alimentos, garantindo maior conforto e segurança aos servidores e usuários.

4.1.2. A contratação deverá ser realizada em estrita conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, com a Lei Estadual nº 22.089/2023, com os Decretos Estaduais nº 10.333/2023 e nº 10.399/2023, bem como demais dispositivos técnicos, jurídicos e administrativos aplicáveis à Administração Pública Estadual.

4.1.3. Todos os materiais de limpeza, higienização, copa e cozinha a serem adquiridos **deverão obedecer às normas e especificações técnicas vigentes**, conforme os padrões adotados pela Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura do Tocantins – AGETO e pelos órgãos reguladores competentes, como **ABNT, ANVISA e INMETRO**, visando atender às demandas da sede, dos postos de fiscalização e das unidades de pesagem.

4.1.4. Os fornecedores deverão estar legalmente habilitados para a comercialização e o fornecimento de materiais de limpeza, higienização, copa e cozinha, em conformidade com a legislação vigente e com os padrões exigidos neste instrumento.

4.1.5. O critério de julgamento adotado para a presente licitação será o de **menor preço por item**, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, sendo facultada ao licitante a participação nos itens de seu interesse.

4.1.6. Após a assinatura do contrato, a **Contratada terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para realizar a entrega**, salvo disposição em contrário no edital.

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060
Site: www.agetito.gov.br E-mail: licitacao@agetito.gov.br



4.1.7. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da contratação e mediante ato administrativo formal.

4.1.8. Não será admitida a **subcontratação** por parte da licitante vencedora na execução do objeto deste instrumento.

4.2. Requisitos de Segurança

4.2.1. Os materiais deverão ser entregues em perfeito estado de conservação e uso, devidamente embalados e rotulados, contendo informações sobre composição, data de fabricação, validade e instruções de uso.

4.2.2. Todos os produtos deverão estar em conformidade com a legislação vigente relativa à produção, transporte, armazenamento e comercialização de materiais de limpeza e produtos para copa e cozinha.

4.3. Requisitos Mínimos de Qualificação Técnica e Financeira

4.3.1. Todos os materiais ofertados deverão ser novos, de primeiro uso, e estar em conformidade com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

4.3.2. A comprovação de capacidade financeira deverá ser feita por meio da apresentação do capital social, balanços patrimoniais e demonstrações contábeis atualizadas.

4.3.3. Atestados de capacidade técnica ou certidões, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante forneceu produtos e prestou serviços de maneira satisfatória, compatíveis com as características do objeto desta licitação. O **atestado de capacidade técnica** é exigido para assegurar que a licitante já demonstrou, em contratações anteriores, a capacidade de entregar produtos ou serviços de forma confiável, atendendo aos padrões exigidos e, assim, reduzindo riscos para a Administração.

4.4. Modalidade da Licitação

4.4.1. A presente licitação será realizada na modalidade de **Pregão Eletrônico para registro de preços**, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, que estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos. O pregão eletrônico é a forma preferencial para aquisição de bens comuns, garantindo maior transparência, agilidade e competitividade ao processo.

4.4.2. O objeto da licitação consiste na **aquisição de materiais de limpeza, higienização, copa e cozinha**, caracterizado como bem comum.

4.4.3. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, com avaliação objetiva das propostas, observadas as exigências técnicas e legais constantes no edital e seus anexos.

5.1. Participação de Consórcios: Não se aplica.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA

5.1. Descrição da Solução

5.1.1. Solução A – Aquisição

Essa alternativa consiste na aquisição, pelo Estado, de materiais de limpeza, higienização, copa e cozinha, tais como detergentes, desinfetantes, álcool, sabão, panos de limpeza, vassouras, rodos, copos descartáveis, filtros de água, esponjas e demais itens necessários

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060
Site: www.aget.to.gov.br E-mail: licitacao@ageto.to.gov.br



para o atendimento das demandas da sede, dos postos de fiscalização e das unidades de pesagem da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura – AGETO.

A proposta contempla a formação de um estoque próprio, sob responsabilidade direta da Administração Pública, permitindo o suprimento contínuo e planejado das necessidades, assegurando a manutenção da higiene, da organização e da funcionalidade dos ambientes de trabalho.

Para a utilização eficiente dessa solução, é necessário prever estrutura mínima de suporte, incluindo gestão adequada de estoque, armazenamento correto dos produtos, reposição periódica e controle de prazos de validade, bem como a capacitação de servidores para o uso seguro dos produtos químicos.

Limitações dessa solução:

-)] Investimento inicial para aquisição de todos os itens;
-)] Custos com reposição periódica dos materiais consumíveis;
-)] Necessidade de espaço adequado para armazenamento seguro e organizado;
-)] Controle contínuo de prazos de validade e condições de uso;
-)] Necessidade de gestão logística para atender todas as unidades.

5.1.2. Solução B – Contratação de Empresa para Fornecimento Contínuo de Materiais

Esta alternativa baseia-se na contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de materiais de limpeza, higienização, copa e cozinha, de acordo com as demandas da sede, dos postos de fiscalização e das unidades de pesagem da AGETO.

Neste modelo, os produtos são entregues conforme cronograma ou pedido sob demanda, com custos associados à quantidade fornecida, podendo incluir transporte, substituição de produtos com defeito ou fora do prazo de validade, e apoio técnico para uso e manuseio seguro de determinados itens.

Apesar de oferecer maior flexibilidade operacional e reduzir a necessidade de gestão de estoque pela Administração, essa solução apresenta limitações no longo prazo, especialmente em relação ao custo acumulado, à dependência de terceiros e à menor autonomia para controle direto do fornecimento.

Vantagens dessa solução:

-)] Entrega dos materiais conforme necessidade imediata;
-)] Redução de custos iniciais com aquisição em grande escala;
-)] Transferência da responsabilidade por transporte, substituição e garantia dos produtos;
-)] Eliminação da necessidade de manutenção de estoque elevado.

5.1.3. Conclusão da Análise Comparativa



Após a avaliação das duas alternativas, conclui-se que a **Solução A – Aquisição** mostra-se mais eficiente e econômica no longo prazo, permitindo à Administração consolidar um estoque próprio, permanente e autônomo de materiais de limpeza, higienização, copa e cozinha. Essa opção assegura maior previsibilidade no abastecimento, otimiza a aplicação dos recursos públicos e garante melhores condições de higiene e funcionalidade nos ambientes da AGETO, com retorno institucional mais consistente e duradouro.

5.1. Ciclo de Vida dos Materiais

5.1.1 O ciclo de vida abrange todas as etapas desde a aquisição, recebimento, estocagem adequada, distribuição e uso eficiente, reposição e descarte responsável de produtos e embalagens, garantindo controle, segurança, eficiência e conformidade ambiental. Cada etapa será registrada e acompanhada pela Administração.

6. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Designar comissão de fiscalização para atestar a entrega dos materiais.

7. PESQUISA PARA A CONTRATAÇÃO

7.1. A presente contratação fundamenta-se em pesquisa detalhada realizada junto a fornecedores prestadores de serviços especializados e por meio de consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que disponibiliza dados oficiais sobre contratos e preços praticados no mercado, oriundos de registros e cotações de contratações anteriores.

6.2. Foram também solicitadas cotações específicas a fornecedores atuantes no fornecimento dos itens objeto desta contratação, assegurando que as informações obtidas reflitam as condições reais e atuais do mercado. Tal procedimento garante respaldo em dados consistentes, confiáveis e alinhados à realidade do setor.

6.3. Com fulcro no permissivo legal do art. 24 e amparada no inciso XI do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a Contratante estabelece que o custo estimado desta contratação possui caráter **SIGILOSO** e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

8. EXECUÇÃO DO OBJETO E ENTREGA

8.1. As entregas deverão ser realizadas integralmente na sede da Agência de transportes, Obras e Infraestrutura do Estado do Tocantins - AGETO. As entregas deverão ocorrer em dias úteis, exclusivamente durante o horário de expediente da unidade.

8.2. O recebimento será efetuado pelo fiscal do contrato, mediante conferência quantitativa, com a aposição de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica, devidamente datado. O prazo máximo para entrega das máquinas será de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento do pedido formal.

9. FORMA DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Responsabilidade pela Qualidade dos Materiais

A contratada será responsável por assegurar a boa qualidade e a conformidade dos materiais fornecidos, devendo manter controle rigoroso sobre suas condições de armazenamento, transporte e entrega. Havendo qualquer solicitação da Administração, a substituição de materiais defeituosos, inadequados ou fora das especificações deverá ser realizada com a máxima brevidade, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.



9.2. Aprovação Técnica e Substituição

A aprovação técnica dos materiais entregues será realizada pelo Fiscal do Contrato, que verificará a conformidade com os requisitos especificados neste Termo de Referência. Constatadas inconformidades, **a contratada deverá realizar a substituição dos itens em até cinco (5) dias úteis**, sem que tal prazo configure prorrogação contratual.

9.3. Supervisão e Acompanhamento

A supervisão da execução contratual será conduzida de forma contínua pela Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura do Tocantins – AGETO, por meio da Gerência de Patrimônio e Almoxarifado. Esse acompanhamento abrangerá todas as fases do fornecimento, incluindo entrega, armazenamento e substituição de materiais, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada.

9.4. Atribuições da Fiscalização e Supervisão

O Fiscal do Contrato será responsável por monitorar diretamente o fornecimento dos materiais, verificando o cumprimento dos padrões de qualidade, especificações técnicas e condições logísticas estabelecidas. Caberá ao Fiscal do Contrato:

-)] Documentar todas as ocorrências relevantes;
-)] Comunicar à Administração quaisquer falhas, omissões ou irregularidades;
-)] Sugerir ações corretivas para assegurar a regularidade da execução contratual.

9.5. Comunicação Institucional

A Administração manterá canais formais e permanentes de comunicação com a contratada, objetivando a resolução ágil de eventuais intercorrências e a garantia da continuidade e qualidade do fornecimento.

9.6. Sanções e Penalidades

O descumprimento de cláusulas contratuais poderá ensejar a aplicação de **advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitações e rescisão contratual**, conforme estabelecido na **Lei nº 14.133/2021** e no instrumento contratual.

10. GARANTIA DOS ITENS

A garantia legal está expressa no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor, adstrita àquelas hipóteses previstas na normativa específica: 30 dias - produtos não-duráveis e 90 dias - produtos duráveis.

11. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Após a celebração do contrato, será nomeada a comissão de fiscalização, composta por servidores da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura – AGETO, que terá a responsabilidade de registrar a entrega de todos os materiais, conferir a execução dos serviços e verificar ocorrências relacionadas, determinar as providências necessárias para regularizar faltas ou defeitos observados e atestar a nota fiscal para fins de pagamento, garantindo que os serviços e materiais entregues estejam em conformidade com o contrato.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente, desde que tenha sido atestada a conformidade dos produtos com as exigências, por meio de ordem bancária, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento dos produtos.



12.2. No caso de atraso no pagamento por parte do Contratante, os valores devidos ao Contratado serão corrigidos monetariamente desde o término do prazo de pagamento até a data do efetivo pagamento, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

12.3. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Termo, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

12.4. É vedada a CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do empenho.

Reajustamento de Preços

12.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em anexo ao processo.

12.4.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.4.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.4.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.4.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12.5. No caso de atraso no pagamento por parte do Contratante, os valores devidos ao Contratado serão corrigidos monetariamente desde o término do prazo de pagamento até a data do efetivo pagamento, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA compromete-se a atender integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, especialmente no que diz respeito ao fornecimento de materiais de limpeza, higienização, copa e cozinha, respeitando os seguintes requisitos;

13.1.2. Fornecer os materiais em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades, prazos e condições operacionais exigidas, garantindo que todos os itens estejam em perfeitas condições de uso, conservação, segurança e validade, conforme normas técnicas e regulamentações vigentes.

13.1.3. Efetuar a entrega dos materiais nos locais indicados pela CONTRATANTE, dentro dos prazos e horários definidos, assegurando transporte apropriado e seguro, acompanhado de toda a documentação necessária, como nota fiscal, comprovante de entrega, certificados de conformidade e laudos de qualidade, quando aplicáveis.

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060

Site: www.aget.to.gov.br E-mail: licitacao@aget.to.gov.br



13.1.4. Substituir, sem custo para a CONTRATANTE e no **prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após notificação formal**, quaisquer materiais que apresentem defeitos, validade vencida, deterioração ou irregularidades que comprometam seu uso, qualidade ou a continuidade das atividades administrativas.

13.1.5. Seguir de forma estrita todas as diretrizes técnicas, de higiene, saúde e segurança, assegurando que os materiais fornecidos estejam em conformidade com a legislação vigente e não apresentem riscos aos servidores ou ao meio ambiente.

13.1.6. Disponibilizar à CONTRATANTE e aos órgãos de fiscalização toda a documentação solicitada.

13.1.7. Garantir que os profissionais responsáveis pela entrega, armazenamento ou distribuição dos materiais estejam devidamente treinados.

13.1.8. Informar prontamente à CONTRATANTE sobre qualquer situação que possa comprometer a entrega, qualidade ou disponibilidade dos materiais, adotando medidas imediatas para minimizar impactos e assegurar a continuidade das atividades.

13.1.9. Assegurar o cumprimento das responsabilidades trabalhistas, previdenciárias, tributárias e comerciais referentes aos profissionais e serviços implicados no fornecimento, isentando a Administração de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

13.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

13.1.11. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

13.1.12. Cumprir integralmente as normas da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), estando sujeita às sanções previstas em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE compromete-se a atender integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, respeitando os seguintes requisitos:

14.1.1. O CONTRATANTE realizará o monitoramento e a supervisão rigorosa da entrega dos materiais, assegurando o atendimento às condições previstas neste Termo de Referência. Essa fiscalização inclui a verificação da quantidade, qualidade, validade e conformidade dos itens fornecidos, bem como a conferência das notas fiscais e faturas em conformidade com os materiais efetivamente entregues.

14.1.2. O CONTRATANTE possui a prerrogativa de recusar, total ou parcialmente, quaisquer materiais que não estejam em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, padrões mínimos de qualidade, segurança ou demais exigências previstas na proposta e no contrato. A recusa será formalmente justificada e comunicada à CONTRATADA, que deverá providenciar a substituição imediata.

14.1.3. Sempre que forem identificadas falhas, vícios ou não conformidades nos materiais fornecidos, o CONTRATANTE deverá notificar formalmente a CONTRATADA, estabelecendo um prazo de até [inserir número de dias] dias úteis para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, sob pena de aplicação das penalidades previstas contratualmente.

14.1.4. O CONTRATANTE compromete-se a fornecer todas as informações, documentos, autorizações e demais elementos necessários para o pleno cumprimento das obrigações da CONTRATADA. Esse suporte institucional visa garantir a adequada execução do contrato, evitando atrasos ou paralisações por falta de comunicação ou documentação.

14.1.5. Após verificada a conformidade dos materiais entregues, o CONTRATANTE procederá à aceitação formal dos mesmos. Somente após esta aceitação serão realizados os pagamentos, observando-se rigorosamente os prazos e condições estipulados no contrato, desde que não haja pendências ou não conformidades.

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060

Site: www.aget.to.gov.br E-mail: licitacao@aget.to.gov.br



14.1.6. O CONTRATANTE deverá aplicar as penalidades previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021, nos casos de descumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA. As penalidades poderão incluir advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, conforme a gravidade da infração.

14.1.7. O CONTRATANTE manterá um canal de comunicação institucional claro, eficiente e contínuo com a CONTRATADA, a fim de garantir agilidade na resolução de eventuais problemas ou dúvidas que possam surgir no curso da execução contratual, contribuindo para a fluidez e segurança no fornecimento dos materiais.

14.1.8. O CONTRATANTE deverá designar formalmente um servidor responsável pela fiscalização do contrato, que atuará na supervisão direta do fornecimento dos materiais, acompanhando entregas, armazenamento e distribuição.

14.1.9. O CONTRATANTE deverá assegurar que os locais onde os materiais serão entregues, armazenados ou utilizados estejam em condições adequadas de infraestrutura e segurança. Além disso, será responsável por proteger os bens fornecidos durante sua permanência nos locais de operação, garantindo o uso correto e seguro dos itens conforme especificações técnicas e normas aplicáveis.

14.1.10. O CONTRATANTE será responsável pelo armazenamento, manuseio e utilização adequada dos materiais fornecidos, garantindo que todos os itens sejam utilizados conforme suas especificações, instruções do fabricante e normas de segurança aplicáveis. Em caso de uso indevido, negligente ou fora dos parâmetros recomendados, o CONTRATANTE poderá ser responsabilizado por eventuais danos, perdas ou deterioração dos materiais.

14.1.11. Constitui obrigação do Contratante apreciar e decidir, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, os pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, formulados pela Contratada, desde que devidamente fundamentados e instruídos.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Em conformidade com o disposto no **art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, a contratada estará sujeita à aplicação de **sanções administrativas** no caso de inexecução total ou parcial do contrato, infração às cláusulas contratuais, atraso injustificado na execução dos serviços ou no fornecimento dos bens, ou ainda em razão de comportamentos que contrariem o interesse público, a boa-fé administrativa, os princípios da legalidade e da moralidade, e demais normas pertinentes à contratação pública.

15.2. Caso o licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeito (a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante praticar condutas previstas em lei ou outro instrumento normativo.

15.3. As sanções de multa de mora e multa compensatória poderão ser cumuladas com as demais penalidades, nos termos do § 7º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

15.4. Cabe ao Gestor ou ao Fiscal do contrato instaurar e instruir os processos administrativos de apuração de responsabilidade e eventual aplicação de sanção.

15.5. A aplicação das sanções administrativas previstas nesta cláusula não desobriga a contratada do cumprimento de quaisquer obrigações previstas contratualmente e nem das responsabilidades civil e/ou criminal que seus atos ensejarem.

15.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.7. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.8. A recusa injustificada do fornecedor em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à



multa compensatória no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da proposta e, se for o caso, à imediata perda da garantia de proposta, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

15.9. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, mediante o qual se garantirão o contraditório e a ampla defesa.

16. PARCELAMENTO OU NÃO

16.1 A contratação integral dos materiais de limpeza é a solução mais vantajosa para a Administração, por ser economicamente viável, garantir uniformidade e padronização dos produtos, simplificar a gestão e fiscalização do contrato, sem comprometer a competitividade entre os licitantes. Dessa forma, o objeto não será parcelado.

17. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

17.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da contratação e mediante ato administrativo formal.

17.2. O Contrato terá sua vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, podendo ser prorrogados, baseados no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade e mediante ato administrativo formal.

17.3. A assinatura do contrato ficará condicionada à comprovação, pelo adjudicatário, da manutenção das condições de habilitação exigidas no certame, incluindo a compatibilidade do CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas com o objeto da contratação, bem como à apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) a execução satisfatória de fornecimentos e/ou serviços compatíveis com o objeto licitado.

18. RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Artigo 137 da Lei 14.133/21. 13.2 Aplica-se as regras elencadas no artigo 138 e 139 e demais artigos pertinentes da Lei 14.133/21.

18.2. O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, mas sempre atendida à conveniência administrativa e o interesse público.

18.3. A critério da CONTRATANTE, caberá a rescisão do Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer falência ou concordata da CONTRATADA ou ainda quando esta:

I. Não cumprir qualquer obrigação contratual;

II. Transferir, no todo ou em parte, as obras e os serviços sem prévia autorização da CONTRATANTE.

18.4. Nas hipóteses do item anterior, à CONTRATADA caberá receber o valor das obras e dos serviços executadas até a data da rescisão do contrato.

18.5. Ocorrendo rescisão, a CONTRATANTE responderá por perdas e danos cobrados administrativa ou judicialmente.

18.6. Em caso algum a CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e Previdenciária, oriundos de Contrato entre a mesma e seus empregados.



ANEXO IV

MINUTA DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 90001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2025/38960/002854

O (A) Pregoeiro(a) da **SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** da **AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA**, com base nas normas constantes na LEI FEDERAL n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e DECRETO ESTADUAL N.º 6.606, de 28 de março de 2023, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 90001/2026** da **AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA**, do tipo **MENOR PREÇO**, objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de material de limpeza, higienização, copa e cozinha, para atendimento da sede e dos Postos de Fiscalização e Pesagem da Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura – AGETO, realizada por intermédio do site www.gov.br/compras, para as empresas abaixo relacionadas e classificadas no certame, em conformidade com as descrições constantes em suas Propostas de Preços e exigidas no edital, anexos aos autos:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *empresa especializada no fornecimento de material de limpeza, higienização, copa e cozinha, para atendimento da sede e dos Postos de Fiscalização e Pesagem da Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura – AGETO*, especificado(s) no(s) item 01 do Termo de Referência, anexo III do **Edital PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 0XXX/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) **AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO**.

Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

OU

Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item n.º	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade



4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.1.4. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.1.5. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.1.6. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.1.7. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.1.8. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, sem prejuízo da possibilidade de remanejamento entre os participantes (art. 262º, §2 do Decreto Estadual nº 6.066 de 2023).

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da ATA, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.



- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0XXX/2026** e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *Edital*.
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:



- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado, conforme com o art. 269 inciso III do Decreto Estadual Nº 6.606/2023.

8.1.4. For declarada inidônea ou impedida do direito de contratar e licitar com a Administração Pública.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa. O direito ao contraditório e ampla defesa antes do cancelamento do registro não impede a suspensão do registro até a decisão da autoridade competente.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 0XXX/2026.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 255º, VIII do Decreto Estadual nº 6.066, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Conforme o item 07 do Termo de Referência.



11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS:

Conforme o item 11 Termo de Referência.

12. DAS ASSINATURAS:

13.1 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pela a empresa abaixo descrita, através de seu representante credenciado no certame e o Gestor da XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Palmas - TO, XX de XXXXX de 2026.

GESTOR

EMPRESA



ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato de empreitada que, na forma e condições seguintes, entre si fazem, de um lado, como **CONTRATANTE O ESTADO DO TOCANTINS** pessoa jurídica de direito público interno, por meio da(o) **AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA – AGETO** e de outro, como **CONTRATADA**, a empresa

a) **CONTRATANTE: CONTRATANTE O ESTADO DO TOCANTINS** pessoa jurídica de direito público interno, por meio da(o) **AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA – AGETO**, inscrita no Ministério da Fazenda sob o n.º xxx.xxx.xxx/xxx-xx, com sede na em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, neste ato representada pela(o) Secretária(o), residente em

b) **CONTRATADA:**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede, representada por

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem como objeto a Contratação de empresa especializada no fornecimento de material de limpeza, higienização, copa e cozinha, para atendimento da sede e dos Postos de Fiscalização e Pesagem da Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura – AGETO.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL

(AS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DO OBJETO CONTRATADO SERÃO INSERIDAS NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO, COM BASE NA PROPOSTA DA EMPRESA VENCEDORA).

1.2 Local da entrega dos bens: na sede da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura do Estado do Tocantins - AGETO.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 Fundamenta-se este Contrato no procedimento licitatório referente ao **Pregão Eletônico nº 90001/2026** observadas as disposições da LEI FEDERAL nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o DECRETO ESTADUAL Nº 6.606, de 28 de março de 2023, devidamente homologado e adjudicado, tudo constante do processo administrativo protocolado sob o nº 2025/38960/002854.

2.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DOTAÇÃO E RECURSOS

3.1 O valor do presente Contrato a preços iniciais é de **R\$......(.....)**, em conformidade com a proposta de preços apresentada pela **CONTRATADA**, e devidamente empenhado sob o nº..... Os preços são referentes a data da apresentação da proposta.

3.2 As despesas para a execução dos serviços, com base na presente licitação, correrão por conta da classificação orçamentária: 38960.26.122.1100.4198, natureza de despesa: 33.90.39, fonte: 500.0000000.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS GARANTIAS DOS ITENS

4.1 A garantia legal está expressa no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor, adstrita àquelas hipóteses previstas na normativa específica: 30 dias - produtos não-duráveis e 90 dias - produtos duráveis.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA compromete-se a atender integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, especialmente no que diz respeito ao fornecimento de materiais de limpeza, higienização, copa e cozinha, respeitando os seguintes requisitos;

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060

Site: www.ageto.to.gov.br E-mail: licitacao@ageto.to.gov.br



- 5.1.1 Fornecer os materiais em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades, prazos e condições operacionais exigidas, garantindo que todos os itens estejam em perfeitas condições de uso, conservação, segurança e validade, conforme normas técnicas e regulamentações vigentes.
- 5.1.2 Efetuar a entrega dos materiais nos locais indicados pela CONTRATANTE, dentro dos prazos e horários definidos, assegurando transporte apropriado e seguro, acompanhado de toda a documentação necessária, como nota fiscal, comprovante de entrega, certificados de conformidade e laudos de qualidade, quando aplicáveis.
- 5.1.3 Substituir, sem custo para a CONTRATANTE e no **prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após notificação formal**, quaisquer materiais que apresentem defeitos, validade vencida, deterioração ou irregularidades que comprometam seu uso, qualidade ou a continuidade das atividades administrativas.
- 5.1.4 Seguir de forma estrita todas as diretrizes técnicas, de higiene, saúde e segurança, assegurando que os materiais fornecidos estejam em conformidade com a legislação vigente e não apresentem riscos aos servidores ou ao meio ambiente.
- 5.1.5 Disponibilizar à CONTRATANTE e aos órgãos de fiscalização toda a documentação solicitada.
- 5.1.6 Garantir que os profissionais responsáveis pela entrega, armazenamento ou distribuição dos materiais estejam devidamente treinados.
- 5.1.7 Informar prontamente à CONTRATANTE sobre qualquer situação que possa comprometer a entrega, qualidade ou disponibilidade dos materiais, adotando medidas imediatas para minimizar impactos e assegurar a continuidade das atividades.
- 5.1.8 Assegurar o cumprimento das responsabilidades trabalhistas, previdenciárias, tributárias e comerciais referentes aos profissionais e serviços implicados no fornecimento, isentando a Administração de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.
- 5.1.9 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 5.1.10 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 5.1.11 Cumprir integralmente as normas da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), estando sujeita às sanções previstas em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 A CONTRATANTE compromete-se a atender integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, respeitando os seguintes requisitos;

- 6.1.1 O CONTRATANTE realizará o monitoramento e a supervisão rigorosa da entrega dos materiais, assegurando o atendimento às condições previstas neste Termo de Referência. Essa fiscalização inclui a verificação da quantidade, qualidade, validade e conformidade dos itens fornecidos, bem como a conferência das notas fiscais e faturas em conformidade com os materiais efetivamente entregues.
- 6.1.2 O CONTRATANTE possui a prerrogativa de recusar, total ou parcialmente, quaisquer materiais que não estejam em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, padrões mínimos de qualidade, segurança ou demais exigências previstas na proposta e no contrato. A recusa será formalmente justificada e comunicada à CONTRATADA, que deverá providenciar a substituição imediata.
- 6.1.3 Sempre que forem identificadas falhas, vícios ou não conformidades nos materiais fornecidos, o CONTRATANTE deverá notificar formalmente a CONTRATADA, estabelecendo um prazo de até [inserir número de dias] dias úteis para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, sob pena de aplicação das penalidades previstas contratualmente.
- 6.1.4 O CONTRATANTE compromete-se a fornecer todas as informações, documentos, autorizações e demais elementos necessários para o pleno cumprimento das obrigações da CONTRATADA. Esse suporte institucional visa garantir a adequada execução do contrato, evitando atrasos ou paralisações por falta de comunicação ou documentação.
- 6.1.5 Após verificada a conformidade dos materiais entregues, o CONTRATANTE procederá à aceitação formal dos mesmos. Somente após esta aceitação serão realizados os pagamentos, observando-se rigorosamente os prazos e condições estipulados no contrato, desde que não haja pendências ou não conformidades.
- 6.1.6 O CONTRATANTE deverá aplicar as penalidades previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021, nos casos de descumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA. As penalidades poderão incluir advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, conforme a gravidade da infração.
- 6.1.7 O CONTRATANTE manterá um canal de comunicação institucional claro, eficiente e contínuo com a CONTRATADA, a fim de garantir agilidade na resolução de eventuais problemas ou dúvidas que possam surgir no curso da execução contratual, contribuindo para a fluidez e segurança no fornecimento dos materiais.



6.1.8 O CONTRATANTE deverá designar formalmente um servidor responsável pela fiscalização do contrato, que atuará na supervisão direta do fornecimento dos materiais, acompanhando entregas, armazenamento e distribuição.

6.1.9 O CONTRATANTE deverá assegurar que os locais onde os materiais serão entregues, armazenados ou utilizados estejam em condições adequadas de infraestrutura e segurança. Além disso, será responsável por proteger os bens fornecidos durante sua permanência nos locais de operação, garantindo o uso correto e seguro dos itens conforme especificações técnicas e normas aplicáveis.

6.1.10 O CONTRATANTE será responsável pelo armazenamento, manuseio e utilização adequada dos materiais fornecidos, garantindo que todos os itens sejam utilizados conforme suas especificações, instruções do fabricante e normas de segurança aplicáveis. Em caso de uso indevido, negligente ou fora dos parâmetros recomendados, o CONTRATANTE poderá ser responsabilizado por eventuais danos, perdas ou deterioração dos materiais.

6.1.11 Constitui obrigação do Contratante apreciar e decidir, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, os pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, formulados pela Contratada, desde que devidamente fundamentados e instruídos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Em conformidade com o disposto no **art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, a contratada estará sujeita à aplicação de **sanções administrativas** no caso de inexecução total ou parcial do contrato, infração às cláusulas contratuais, atraso injustificado na execução dos serviços ou no fornecimento dos bens, ou ainda em razão de comportamentos que contrariem o interesse público, a boa-fé administrativa, os princípios da legalidade e da moralidade, e demais normas pertinentes à contratação pública.

7.2 Caso o licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeito (a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante praticar condutas previstas em lei ou outro instrumento normativo.

7.3 As sanções de multa de mora e multa compensatória poderão ser cumuladas com as demais penalidades, nos termos do § 7º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.4 Cabe ao Gestor ou ao Fiscal do contrato instaurar e instruir os processos administrativos de apuração de responsabilidade e eventual aplicação de sanção.

7.5 A aplicação das sanções administrativas previstas nesta cláusula não desobriga a contratada do cumprimento de quaisquer obrigações previstas contratualmente e nem das responsabilidades civil e/ou criminal que seus atos ensejarem.

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7 A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7.8 A recusa injustificada do fornecedor em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa compensatória no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da proposta e, se for o caso, à imediata perda da garantia de proposta, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

7.9 A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, mediante o qual se garantirão o contraditório e a ampla defesa.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente, desde que tenha sido atestada a conformidade dos produtos com as exigências, por meio de ordem bancária, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento dos produtos.

8.2 No caso de atraso no pagamento por parte do Contratante, os valores devidos ao Contratado serão corrigidos monetariamente desde o término do prazo de pagamento até a data do efetivo pagamento, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

8.3 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Termo, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

8.4 É vedada a CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do empenho.

Reajustamento de Preços

8.4.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em anexo ao processo.



8.4.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.4.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.4.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.4.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.4.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8.5 No caso de atraso no pagamento por parte do Contratante, os valores devidos ao Contratado serão corrigidos monetariamente desde o término do prazo de pagamento até a data do efetivo pagamento, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

9. CLÁUSULA NONA – DA FORMA E GESTÃO DO CONTRATO

9.1 Responsabilidade pela Qualidade dos Materiais

9.2 A contratada será responsável por assegurar a boa qualidade e a conformidade dos materiais fornecidos, devendo manter controle rigoroso sobre suas condições de armazenamento, transporte e entrega. Havendo qualquer solicitação da Administração, a substituição de materiais defeituosos, inadequados ou fora das especificações deverá ser realizada com a máxima brevidade, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

9.3 Aprovação Técnica e Substituição

9.4 A aprovação técnica dos materiais entregues será realizada pelo Fiscal do Contrato, que verificará a conformidade com os requisitos especificados neste Termo de Referência. Constatadas inconformidades, **a contratada deverá realizar a substituição dos itens em até cinco (5) dias úteis**, sem que tal prazo configure prorrogação contratual.

9.5 Supervisão e Acompanhamento

9.6 A supervisão da execução contratual será conduzida de forma contínua pela Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura do Tocantins – AGETO, por meio da Gerência de Patrimônio e Almoxarifado. Esse acompanhamento abrangerá todas as fases do fornecimento, incluindo entrega, armazenamento e substituição de materiais, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada.

9.7 Atribuições da Fiscalização e Supervisão

9.8 O Fiscal do Contrato será responsável por monitorar diretamente o fornecimento dos materiais, verificando o cumprimento dos padrões de qualidade, especificações técnicas e condições logísticas estabelecidas.

9.9 Caberá ao Fiscal do Contrato:

-) Documentar todas as ocorrências relevantes;
-) Comunicar à Administração quaisquer falhas, omissões ou irregularidades;
-) Sugerir ações corretivas para assegurar a regularidade da execução contratual.

9.10 Comunicação Institucional



9.11 A Administração manterá canais formais e permanentes de comunicação com a contratada, objetivando a resolução ágil de eventuais intercorrências e a garantia da continuidade e qualidade do fornecimento.

9.12 **Sanções e Penalidades**

9.13 O descumprimento de cláusulas contratuais poderá ensejar a aplicação de **advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitações e rescisão contratual**, conforme estabelecido na **Lei nº 14.133/2021** e no instrumento contratual.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

10.1 Após a celebração do contrato, será nomeada a comissão de fiscalização, composta por servidores da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura – AGETO, que terá a responsabilidade de registrar a entrega de todos os materiais, conferir a execução dos serviços e verificar ocorrências relacionadas, determinar as providências necessárias para regularizar faltas ou defeitos observados e atestar a nota fiscal para fins de pagamento, garantindo que os serviços e materiais entregues estejam em conformidade com o contrato.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

11.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da contratação e mediante ato administrativo formal.

11.2 O Contrato terá sua vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, podendo ser prorrogados, baseados no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade e mediante ato administrativo formal.

11.3 A assinatura do contrato ficará condicionada à comprovação, pelo adjudicatário, da manutenção das condições de habilitação exigidas no certame, incluindo a compatibilidade do CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas com o objeto da contratação, bem como à apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) a execução satisfatória de fornecimentos e/ou serviços compatíveis com o objeto licitado.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

12.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Artigo 137 da Lei 14.133/21. Aplica-se as regras elencadas no artigo 138 e 139 e demais artigos pertinentes da Lei 14.133/21.

12.2 O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, mas sempre atendida à conveniência administrativa e o interesse público.

12.3 A critério da CONTRATANTE, caberá a rescisão do Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer falência ou concordata da CONTRATADA ou ainda quando esta:

I. Não cumprir qualquer obrigação contratual;

II. Transferir, no todo ou em parte, as obras e os serviços sem prévia autorização da CONTRATANTE.

12.4 Nas hipóteses do item anterior, à CONTRATADA caberá receber o valor das obras e dos serviços executadas até a data da rescisão do contrato.

12.5 Ocorrendo rescisão, a CONTRATANTE responderá por perdas e danos cobrados administrativa ou judicialmente.

12.6 Em caso algum a CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e Previdenciária, oriundos de Contrato entre a mesma e seus empregados.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO**

14.1 A CONTRATADA se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98.

14.2 A CONTRATADA declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013; e se obriga a tomar todas as



providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013.

14.3 A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

14.4 Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

14.4.1 Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

14.4.2 Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial.

14.5 Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

14.5.1 não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente e

14.5.2 adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

14.6 A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

14.7 A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS TRIBUTOS

15.1 São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus tributários, encargos sociais e trabalhistas decorrentes deste Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROIBIÇÃO

16.1 Fica expressamente vedada à vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza, que a CONTRATADA tenha ou venha a assumir, de modo a não prejudicar o andamento das obras e dos serviços.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REGISTRO

17.1 O Contrato deverá ser registrado no CREA, de acordo com o que determina Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do CONFEA.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Palmas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1 A publicação do presente Contrato no Diário Oficial do Estado – DOE por extrato, será providenciada até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, correndo as despesas às expensas da CONTRATANTE.

19.2 A divulgação do presente Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ocorrerá em 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

20.1 Reger-se-á o presente Contrato, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas legais pertinentes.

20.2 As omissões serão dirimidas administrativamente pela parte CONTRATANTE e, não havendo consenso, pelo Poder Judiciário.

20.3 E por estarem de acordo, assinam este Contrato os representantes das partes em duas vias de igual teor e forma.

Rod. TO-010, km 1, lote 11, setor leste, CEP 77006-210 – Palmas/TO | (63) 99963-2060

Site: www.aget.to.gov.br E-mail: licitacao@aget.to.gov.br



Palmas, Capital do Estado do Tocantins, XX de XXXX de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

